

CONTRATO DE GESTÃO № 001/IGAM/2022

ATO CONVOCATÓRIO № 006/2023

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO/EXECUTIVO PARA COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO DE ESGOTOS DOMÉSTICOS EM MÓDULOS INDIVIDUAIS EM LOCALIDADES RURAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS (LOTE 01).

ATA DE REUNIÃO

Às 14:30min do dia 20 de novembro de 2023, reuniram-se os funcionários da Agência Peixe Vivo, designados pela Diretora Geral, para compor a Comissão de Seleção e Julgamento da Agência Peixe Vivo: presidente Sra. Márcia Aparecida Coelho e os membros Sr. Ilson Diniz Gomes e Sr. Wagner Soares Bonfim Júnior, amparados na Lei Estadual nº 13.199/1999, Lei nº 8.666/1993, Decreto nº 47.633/2019, Portaria IGAM nº 39/2022 e no Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2022, para recebimento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas referentes ao Ato Convocatório supramencionado. Foram recebidos envelopes de 02 (DUAS) concorrentes, nominadas a seguir:

Νo	NOME	CNPJ	DATA	HORAS/MIN	Cidade	Estado
1	GEASA ENGENHARIA LTDA.	29.291.685/0001-54	20/11/2023	8:44	SÃO PAULO	SP
2	CENTRO DE REFERÊNCIA EM ESTAÇÕES SUSTENTÁVEIS DE TRATAMENTO DE ESGOTO	44.153.495/0001-64	20/11/2023	13:33	BELO HORIZONTE	MG

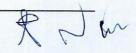
Ao início da sessão pública foi assinada a Lista de Presenças. Ato contínuo, foi realizado o credenciamento do representante presente nominado ao final desta Ata. Em seguida, os membros da Comissão de Seleção e Julgamento da Agência Peixe Vivo e o representante credenciado rubricaram os envelopes protocolizados de todos os concorrentes: envelopes nº 01 - Documentação de Habilitação, nº 02 - Proposta Técnica e nº 03 - Proposta de Preço, procedendo-se, em seguida, à abertura do Envelope nº 01 contendo a Documentação de Habilitação e sua análise conforme planilha a seguir:







CHECKLIST	GEASA
7 – HABILITAÇÃO	106 Folha
ANEXO IV. DECLARAÇÃO CAFIMP E CADIN	Α
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE TODAS AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	Α
ANEXO V – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS	Α
ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO MENOR ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE	Α
ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ANEXO VIII - DECLARAÇÃO PARA DESCARTE DE ENVELOPES NÃO ABERTOS	Α
	Α
7.5 - Habilitação Jurídica a) cópia autenticada da cédula de identidade do responsável legal do concorrente;	
b) registro comercial, no caso de empresa individual, ou; requerimento de empresário individual (REMP), no caso de	A
empresário individual, ou;	
c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades	
comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;	Α
d) inscrição do ato constitutivo, no caso de associações civis, acompanhada de indicação do(s) representante(s) legal(is) em exercício, ou;	
e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de	
registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.	A
7.5.2 - Os documentos monejonados no subitom enterior de a ""	
7.5.2 - Os documentos mencionados no subitem anterior deverão acompanhar todas as alterações ou da consolidação respectiva;	А
7.5.3 - O estatuto ou contrato social em vigor deve ser de natureza pertinente e compatível com o objeto deste Ato	
Convocatório, sob pena de inabilitação da empresa.	Α
7.6 - Qualificação Econômica Financeira	
) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei,	
ue comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços	
provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de	
presentação da proposta.	
1.1 - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão ser apresentados davseguinte forma:	
. Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) em meiovimpresso;	A
I. Prova de registro na Junta Comercial devidamente homologado ou, em Cartório, ou ainda, sevfor o caso, no SPED -	
istema Público de Escrituração Digital com o devido comprovante de envio.	
II. A Concorrente também deverá anexar os Termos de Abertura e Encerramento, sob pena de inabilitação.	
) Comprovação de possuir Capital Social mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado para a	
ontratação ou patrimônio líquido, na forma da lei. (R\$ 36.150,60)	Α
) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	
7.7 - Regularidade fiscal	Α
) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);	
	Α
) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede do concorrente, ertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;	Α
) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do concorrente;	
azenda Federal	Α
azenda Estadual	Α
azenda Municipal	Α
) prova de regularidade relativa à Previdência Social INSS;	
	Α
Prova do rogularida do roletiva à Deservada i Calda Esta de Calda Esta d	Α
) Prova de regularidade relativa à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;	Α
prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando	
prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando tuação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;	
prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando tuação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (a certidão deverá ser nacional, com validade de 180 dias e deverá	Δ
prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando tuação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (a certidão deverá ser nacional, com validade de 180 dias e deverá ponstar a situação da pessoa jurídica pesquisada em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais).	A
prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando tuação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (a certidão deverá ser nacional, com validade de 180 dias e deverá ponstar a situação da pessoa jurídica pesquisada em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais). 7.8 - Qualificação Técnica	A
prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando tuação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (a certidão deverá ser nacional, com validade de 180 dias e deverá ponstar a situação da pessoa jurídica pesquisada em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais). 7.8 - Qualificação Técnica (comprovar registro ou inscrição na entidade profissional competente, se houver;	A
prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando tuação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (a certidão deverá ser nacional, com validade de 180 dias e deverá constar a situação da pessoa jurídica pesquisada em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais). 7.8 - Qualificação Técnica comprovar registro ou inscrição na entidade profissional competente, se houver; apresentar declaração de disponibilidade de instalações, equipamentos, material e pessoal técnico, adequados para a	Α
prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando tuação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (a certidão deverá ser nacional, com validade de 180 dias e deverá ponstar a situação da pessoa jurídica pesquisada em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais). 7.8 - Qualificação Técnica (comprovar registro ou inscrição na entidade profissional competente, se houver;	





CHECKLIST	CR ETES
7 – HABILITAÇÃO	71 Folha
ANEXO III - DECLARAÇÃO CAFIMP E CADIN	Α
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE TODAS AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	Α
ANEXO V – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS	Α
ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO MENOR	Α
ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE	Α
ANEXO VIII - DECLARAÇÃO PARA DESCARTE DE ENVELOPES NÃO ABERTOS	Α
7.5 - Habilitação Jurídica	
a) cópia autenticada da cédula de identidade do responsável legal do concorrente;	Α
o) registro comercial, no caso de empresa individual, ou; requerimento de empresário individual (REMP), no caso de	-
empresário individual, ou; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades	
comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;	Α
d) inscrição do ato constitutivo, no caso de associações civis, acompanhada de indicação do(s) representante(s) legal(is) em exercício, ou;	
e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.	-
7.5.2 - Os documentos mencionados no subitem anterior deverão acompanhar todas as alterações ou da consolidação respectiva;	А
7.5.3 - O estatuto ou contrato social em vigor deve ser de natureza pertinente e compatível com o objeto deste Ato Convocatório, sob pena de inabilitação da empresa.	A
7.6 - Qualificação Econômica Financeira	
a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da	
ei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços	
provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de	
apresentação da proposta.	
a.1 - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão ser apresentados da seguinte forma:	A
. Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) em meio impresso;	
I. Prova de registro na Junta Comercial devidamente homologado ou, em Cartório, ou ainda, se for o caso, no SPED -	
Sistema Público de Escrituração Digital com o devido comprovante de envio.	
II. A Concorrente também deverá anexar os Termos de Abertura e Encerramento, sob pena de inabilitação.	
o) Comprovação de possuir Capital Social mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado para a	А
contratação ou patrimônio líquido, na forma da lei. (R\$ 36.150,60)	
c) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Α
7.7 - Regularidade fiscal	
a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);	A
b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede do concorrente,	Α
pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;	
c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do concorrente;	
Fazenda Federal	Α
Fazenda Estadual	A
Fazenda Municipal	A
·	
d) prova de regularidade relativa à Previdência Social INSS;	A
e) Prova de regularidade relativa à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;	Α
f) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;	Α
g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (a certidão deverá ser nacional, com validade de 180 dias e deverá	А
constar a situação da pessoa jurídica pesquisada em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais).	^
7.8 - Qualificação Técnica	
a) comprovar registro ou inscrição na entidade profissional competente, se houver;	Α
b) apresentar declaração de disponibilidade de instalações, equipamentos, material e pessoal técnico, adequados para a	А
realização do objeto da seleção, assinada pelo representante legal, da empresa, conforme (Anexo VII).	





A Comissão de Seleção e Julgamento da Agência Peixe Vivo apresenta a planilha com as empresas HABILITADAS a seguir:

	ATO CONVOCATÓRIO № (006/2023	
Nº	NOME	CNPJ	HABILITAÇÃO
1	GEASA ENGENHARIA LTDA.	29.291.685/0001-54	HABILITADA
2	CENTRO DE REFERÊNCIA EM ESTAÇÕES SUSTENTÁVEIS DE TRATAMENTO DE ESGOTO (CR ETES)	44.153.495/0001-64	HABILITADDA

Anunciado o resultado da habilitação e de acordo com item 6.2.4, a Comissão de Seleção e Julgamento da Agência Peixe Vivo irá iniciar a segunda fase com a Abertura do envelope nº 2 -Proposta Técnica. Assim a presidente iniciou a 2ª fase, qual seja, a abertura do envelope "PROPOSTA TÉCNICA" das concorrentes habilitadas e em seguida à rubrica dos documentos conforme relação a seguir:

ATO CONVOCATÓRIO № 006/2023					
Nδ	CONCORRENTES	CNPJ	NÚMERO FLS. PROPOSTA TÉCNICA		
1	GEASA ENGENHARIA LTDA.	29.291.685/0001-54	Volume único - 01 a 420		
2	CENTRO DE REFERÊNCIA EM ESTAÇÕES SUSTENTÁVEIS DE TRATAMENTO DE ESGOTO (CR ETES)	44.153.495/0001-64	Volume único - 01 a 358		

A presidente da Comissão informou que será nomeada uma Comissão de Avaliação e Julgamento das Propostas Técnicas, o resultado da avaliação será divulgado nos sites da Agência Peixe Vivo e CBH Velhas e será agendada a abertura do envelope subsequente. O envelope nº 03 - "Propostas de Preço" permanecerá devidamente fechado e rubricado em seu lacre, sob a guarda e responsabilidade da Comissão de Seleção e Julgamento da Agência Peixe Vivo. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente Ata, que foi assinada pela Comissão de Seleção e Julgamento da Agência Peixe Vivo e pelo representante presente credenciado, que será posteriormente publicada nos sites da Agência Peixe Vivo e CBH Rio das Velhas. A Sessão Pública terminou às 17h15min.

Belo Horizonte, 20 de novembro de 2023.

Márcia Aparecida Coelho

Presidente da Comissão de Seleção e Julgamento da Agência Peixe Vivo

Ilson Diniz Gomes Wagner Soares Bonfim Júnior

Membros da Comissão de Seleção e Julgamento da Agência Peixe Vivo

Nº NOME

CNPI CREDENCIADO (A) ASSINATURA(S)

1 GEASA ENGENHARIA LTDA.

29.291.685/0001-54 Não enviou representante

SUSTENTÁVEIS DE TRATAMENTO DE ESGOTO

44.153.495/0001-64 LEONARDO AUGUSTO DOS SANTOS